

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA

19/5/2019

INSTRUÇÕES

1. Confira abaixo: seu nome, número de inscrição e a função correspondente à sua inscrição. Assine no local indicado.
2. Verifique se os dados impressos no Cartão-Resposta correspondem aos seus. Em caso de irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal.
3. Não serão permitidos: empréstimos de materiais, consultas e comunicação entre os candidatos, uso de livros, apontamentos, relógios, aparelhos eletrônicos e, em especial, aparelhos celulares, os quais deverão ser desligados e colocados no saco plástico fornecido pelo Fiscal.
4. Aguarde o Fiscal autorizar a abertura do Caderno de Prova. Após a autorização, confira a paginação antes de iniciar a Prova.
5. Este Caderno de Prova contém 80 (oitenta) questões objetivas, cada qual com apenas 1 (uma) alternativa correta. No Cartão-Resposta, preencha, com tinta preta ou azul-escura, o retângulo correspondente à alternativa que julgar correta para cada questão.
6. No Cartão-Resposta, anulam a questão: marcar mais de 1 (uma) alternativa em uma mesma questão; rasurar; preencher além dos limites do retângulo destinado a cada marcação. Não haverá substituição do Cartão-Resposta por erro de preenchimento.
7. Não são permitidas perguntas ao Fiscal sobre as questões da prova.
8. A duração desta prova será de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
10. Aguarde autorização para devolver, em separado, o Caderno de Prova e o Cartão-Resposta, devidamente assinados.

Transcreva abaixo as suas respostas, dobre na linha pontilhada e destaque cuidadosamente esta parte.

.....
RESPOSTAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

O gabarito oficial provisório estará disponível no endereço eletrônico
www.cops.uel.br a partir das 17 horas do dia 20 de maio de 2019.

Leia o texto a seguir e responda às questões de 1 a 5.

Os brasileiros com 60 anos ou mais correspondem a 19% das pessoas em idade de trabalhar, mas somente 8% deles estão na ativa. Com a reforma da previdência, esse número vai ter de subir, pois os maiores de 50 anos estão na mira do governo. A proposta é definir idade mínima de 65 anos (homens) e 62 (mulheres) no benefício. No último trimestre de 2018, 93 milhões de brasileiros estavam trabalhando, nem todos com carteira assinada. Desse total, 7,5 milhões têm a partir de 60 anos, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do último trimestre de 2018.

Os idosos são quase 16% da população. Em 2015, último ano em que o IBGE divulgou o dado, 5,2 milhões de aposentados trabalhavam. Seguir no mercado após os 60 anos pode não ser tão fácil. A coordenadora do curso de capacitação em RH da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e mentora de carreiras Anna Cherubina diz que são muitos os desafios em um mercado que está em profunda transformação. Para a pesquisadora Ana Amélia Camarano, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a força de trabalho madura, que inclui quem tem de 50 a 64 anos, é que vai ser afetada antes pela reforma. Ela considera a idade mínima ainda menos preocupante ante o tempo de contribuição proposto, que subirá de no mínimo 15 anos para 20.

O que mais afeta a empregabilidade é a qualificação, a capacidade de a pessoa acompanhar as mudanças tecnológicas. Depois, vem a saúde. Um funcionário de saúde frágil falta muito e sofre mais com questões de mobilidade, por exemplo. Segundo ela, vem caindo o número de trabalhadores na faixa dos 60 a 64 anos. Em 1992, 400 mil eram 'nem, nem', pois não trabalhavam e também não estavam aposentados. No ano passado, esse número bateu 2 milhões. "É uma população muito fragilizada. É necessário ter uma política de emprego", diz.

(Adaptado de: BRIGATTI, F. Reforma da previdência. *Folha de S. Paulo*. 5 mar. 2019. Mercado. A10.)

1 Assinale a alternativa que contém, corretamente, um fato apresentado pelo texto.

- a) A força de trabalho madura cederá espaço para jovens com maior qualificação e conhecimento tecnológico.
- b) A fragilidade da população idosa do Brasil traz profundas dificuldades para manter-se ativa e empregada.
- c) **Entre os brasileiros com 60 anos ou mais, os dados apontam que 8% deles estão trabalhando.**
- d) O grande empecilho à reforma da previdência reside no fato de que uma parcela considerável da população trabalha sem carteira assinada.
- e) Os brasileiros com 60 anos ou mais são afetados no quesito empregabilidade devido à falta de conhecimento tecnológico.

2 Acerca dos recursos linguístico-semânticos sublinhados no primeiro parágrafo do texto, considere as afirmativas a seguir.

- I. A palavra "mas" introduz sentido de oposição em relação ao enunciado anterior.
- II. O termo "somente" denota ideia de restrição, apresentando sentido subjetivo, carregado de juízo de valor.
- III. O emprego do termo "pois", em relação à oração anterior, apresenta efeito conclusivo.
- IV. A palavra "nem" estabelece uma relação de dúvida entre os dois enunciados que liga.

Assinale a alternativa correta.

- a) **Somente as afirmativas I e II são corretas.**
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

3 Assinale a alternativa que contém, corretamente, o trecho que indica uma opinião fornecida pelo produtor do texto.

- a) "A proposta é definir idade mínima de 65 anos (homens) e 62 (mulheres) no benefício."
- b) "Os idosos são quase 16% da população."
- c) "5,2 milhões de aposentados trabalhavam."
- d) **"Um funcionário de saúde frágil falta muito."**
- e) "No ano passado, esse número bateu 2 milhões."

4 Sobre os recursos de pontuação empregados no texto, considere as afirmativas a seguir.

- I. Em “a força de trabalho madura, que inclui quem tem de 50 a 64 anos,” as vírgulas separam um fragmento de caráter explicativo.
- II. Os parênteses utilizados tornam o texto repetitivo e prolixo.
- III. No fragmento “Depois, vem a saúde”, ocorre uso inadequado da vírgula, segundo a norma padrão.
- IV. As aspas duplas revelam marcas de discurso direto.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

5 Acerca do fragmento “Em 1992, 400 mil eram ‘nem, nem’, pois não trabalhavam e também não estavam aposentados”, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () A primeira vírgula foi utilizada para separar um termo que indica noção temporal.
- () A expressão “nem, nem” tem efeito de sentido de adição de ideias.
- () O sentido de “nem, nem” revela-se nos enunciados subseqüentes, formados por advérbios e verbos.
- () O termo “pois” pode ser substituído por “portanto” sem prejuízo de sentido.
- () As palavras “e também”, juntas, apresentam caráter adversativo.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a seqüência correta.

- a) V, V, V, F, F.
- b) V, F, V, V, F.
- c) V, F, F, V, V.
- d) F, V, F, V, F.
- e) F, F, V, F, V.

Leia o texto a seguir e responda às questões de 6 a 10.

De acordo com o estudo da WWF, preparado com dados do Banco Mundial, o Brasil produz anualmente 11,3 milhões de toneladas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Índia e à frente de países como Rússia, Indonésia e Alemanha. Cada cidadão brasileiro produz um quilo de lixo plástico por semana, em média, enquanto na Indonésia essa é a produção a cada 10 dias e no Senegal, a cada 25 dias. A maior parte desse lixo é descartada de forma irregular.

O Brasil recicla apenas 1,28% do plástico que descarta, diz o estudo da WWF. Muito abaixo da média mundial, de 9%, e, dentre os 10 países que mais produzem lixo plástico, o único que fica abaixo de 5% de reciclagem. Nos Estados Unidos, maior produtor mundial de lixo plástico, a reciclagem é de 34,6%. Na China, de 21,9%. No Brasil, segundo dados do Banco Mundial, mais de 2,4 milhões de toneladas de plástico são descartadas de forma irregular, sem qualquer tipo de tratamento, em lixões a céu aberto. Outros 7,7 milhões de toneladas vão para aterros sanitários e mais de 1 milhão de toneladas sequer são recolhidas pelos sistemas de coleta.

“É hora de mudar a maneira como enxergamos o problema: há um vazamento enorme de plástico que polui a natureza e ameaça a vida. O próximo passo para que haja soluções concretas é trabalharmos juntos por meio de marcos legais que convoquem à ação os responsáveis pelo lixo gerado. Só assim haverá mudanças urgentes na cadeia de produção de tudo o que consumimos”, afirmou Maurício Voivodic, diretor executivo do WWF-Brasil.

A política nacional de resíduos sólidos, aprovada em 2010, inclui a implantação dos programas de coleta seletiva pelas prefeituras. Os dados mais recentes de uma pesquisa feita pela associação Compromisso Empresarial pela Reciclagem (Cempre) apontam que, em dezembro de 2018, 22% das prefeituras do país tinham algum tipo de coleta seletiva, mas não necessariamente em todo o território e de todos os materiais recicláveis.

(Adaptado de: PARAGASSU, L. *Brasil é 4º maior produtor de lixo plástico e pouco recicla, diz WWF*. Disponível em: <www.terra.com.br/noticias/brasil/brasil-e-4o-maior-produtor-de-lixo-plastico-e-pouco-recicla-diz-wwf.html>. Acesso em: 6 mar. 2019.)

6 Acerca das características do texto, considere as afirmativas a seguir.

- I. O texto vale-se da exposição de ideias para enumerar a precariedade e a escassez de investimentos no setor ambiental.
- II. O objetivo central do texto é comentar as medidas necessárias para a implantação de programas de coleta seletiva.
- III. O texto apresenta passagens com teor argumentativo, que visam mostrar que a conscientização acerca do meio ambiente é essencial para o desenvolvimento.
- IV. Trata-se de texto de caráter informativo, típico do gênero textual ao qual pertence, e cujo objetivo é manter o público-leitor atualizado.

Assinale a alternativa correta.

- | | |
|---|--|
| a) Somente as afirmativas I e II são corretas. | d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas. |
| b) Somente as afirmativas I e IV são corretas. | e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas. |
| c) Somente as afirmativas III e IV são corretas. | |

7 Em relação ao 2º parágrafo do texto, assinale a alternativa que indica, corretamente, sua função em relação ao parágrafo anterior.

- | | | |
|------------------------|------------------------------|------------------------------------|
| a) Retificar dados. | c) Contradizer um argumento. | e) Explicar uma informação. |
| b) Concluir uma ideia. | d) Desviar o foco. | |

8 Em relação à progressão do texto e aos efeitos de sentido provocados pelos termos sublinhados, considere as afirmativas a seguir.

- I. O termo “como” introduz uma sequência de caráter exemplificativo.
- II. A palavra “enquanto” estabelece uma noção de proporcionalidade de ações.
- III. A expressão “para que” estabelece uma relação de finalidade entre uma ideia e outra.
- IV. O pronome relativo “que” refere-se à expressão “soluções concretas” e pode ser substituída por “as quais”.

Assinale a alternativa correta.

- | | |
|--|--|
| a) Somente as afirmativas I e II são corretas. | d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas. |
| b) Somente as afirmativas I e IV são corretas. | e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas. |
| c) Somente as afirmativas III e IV são corretas. | |

9 Sobre o trecho “É hora de mudar a maneira como enxergamos o problema: há um vazamento enorme de plástico que polui a natureza e ameaça a vida”, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a expressão que, precedida por vírgula, pode substituir os dois pontos, sem alterar o sentido original.

- | | | | | |
|-----------------|------------|---------------|----------------|---------------------|
| a) apesar disso | b) ou seja | c) sem dúvida | d) de modo que | e) visto que |
|-----------------|------------|---------------|----------------|---------------------|

10 Sobre os recursos morfossintáticos presentes no texto, considere as afirmativas a seguir.

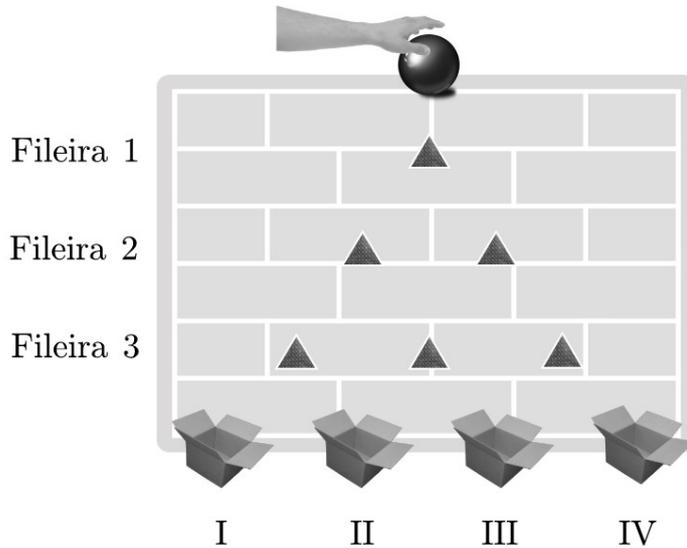
- I. Em “mais de 2,4 milhões de toneladas de plástico são descartadas de forma irregular”, a passividade da oração revela a omissão do sujeito agente.
- II. Em “O Brasil recicla apenas 1,28% do plástico que descarta, diz o estudo da WWF”, o sujeito do verbo “descarta” é “plástico”.
- III. Em “Só assim haverá mudanças urgentes na cadeia de produção de tudo o que consumimos”, o sujeito da primeira oração é “mudanças urgentes”.
- IV. Em “Só assim haverá mudanças urgentes na cadeia de produção de tudo o que consumimos”, o termo “o” equivale a “aquilo”.

Assinale a alternativa correta.

- | | |
|---|--|
| a) Somente as afirmativas I e II são corretas. | d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas. |
| b) Somente as afirmativas I e IV são corretas. | e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas. |
| c) Somente as afirmativas III e IV são corretas. | |

RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO

11 Solta-se uma bola para fazê-la passar por três fileiras de obstáculos triangulares que estão fixados a uma parede, conforme diagrama a seguir.



Assim que a bola encontra um obstáculo, ela o contorna pela direita ou pela esquerda, de forma equiprovável, e cai até atingir o triângulo na fileira seguinte. No caso da última fileira, a bola cai em uma das caixas numeradas que estão no chão.

Desconsiderando demais fatores, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a probabilidade de a bola cair na caixa III.

- a) $\frac{2}{8}$ b) $\frac{3}{8}$ c) $\frac{2}{4}$ d) $\frac{5}{8}$ e) $\frac{3}{4}$

12 Observe a imagem a seguir.



(Adaptado de: <<https://www.somatematica.com.br/piadas2.php>>. Acesso em: 5 mar. 2019.)

Um colégio possui 300 alunos matriculados. Entre esses alunos, a probabilidade de se encontrar aleatoriamente um estudante que gosta de matemática, mas que não gosta de português, é de 25%. Além disso, existem 105 alunos matriculados que não gostam de ambas as disciplinas.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a probabilidade de se encontrar ao acaso, entre os matriculados, um estudante que gosta de português, independentemente se gosta ou não de matemática.

- a) 20% b) 30% c) 40% d) 50% e) 60%

13 Observe a imagem a seguir.



(Adaptado de: NOEL, A. *Vida de Programador*. Tirinha #1611. Charge originalmente publicada em: 26 set. 2016.)

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a regra lógica que fundamenta o efeito cômico da tirinha.

- a) $P \rightarrow Q$ é verdadeira se, e somente se, P é verdadeiro.
- b) $P \rightarrow Q$ é verdadeira se, e somente se, Q é verdadeiro.
- c) $P \rightarrow Q$ é falsa se, e somente se, P é verdadeiro.
- d) $P \rightarrow Q$ é falsa se, e somente se, P é falso ou Q é verdadeiro.
- e) $P \rightarrow Q$ é falsa se, e somente se, P é verdadeiro e Q é falso.

14 Observe a imagem a seguir.



(Adaptado de: WATTERSON, B. *Calvin e Haroldo*. Charge originalmente publicada em: 16 abr. 2013.)

Suponha que Calvin esteja fazendo uma prova com 10 questões. Cada questão consiste de uma afirmação que será respondida como verdadeira ou falsa com a utilização de uma moeda honesta e independente. Assuma que cada questão admita uma, e apenas uma, resposta certa.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a probabilidade de Calvin acertar apenas as 8 primeiras questões da prova.

- a) $\left(\frac{1}{8}\right)^{10}$
- b) $\left(\frac{1}{6}\right)^{10}$
- c) $\left(\frac{1}{5}\right)^8$
- d) $\left(\frac{1}{2}\right)^{10}$
- e) $\left(\frac{1}{2}\right)^8$

15 Leia o texto a seguir.

O cara da marinha e eu dissemos um ao outro que tinha sido um prazer nos conhecermos. Esse é um troço que me deixa maluco quando encontro alguém. Se não tenho prazer em conhecê-lo, então digo: "Muito prazer em conhecê-lo". A gente tem que fazer essas coisas para seguir vivendo.

(Adaptado de: SALINGER, J. D. *O Apanhador no Campo de Centeio*. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor. 2016. p. 37.)

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, uma equivalência lógica com o destacado no texto.

- a) Se não digo "Muito prazer em conhecê-lo", então tenho prazer em conhecê-lo.
- b) Se digo "Muito prazer em conhecê-lo", então tenho prazer em conhecê-lo.
- c) Se tenho prazer em conhecê-lo, então digo: "Muito prazer em conhecê-lo."
- d) Se não tenho prazer em conhecê-lo, então não digo: "Muito prazer em conhecê-lo."
- e) Tenho prazer em conhecê-lo se, somente se, digo: "Muito prazer em conhecê-lo."

16 Ao enviarmos uma mensagem de correio eletrônico, os destinatários podem ser inseridos nos campos “Para”, “Cc” e “Cco”.

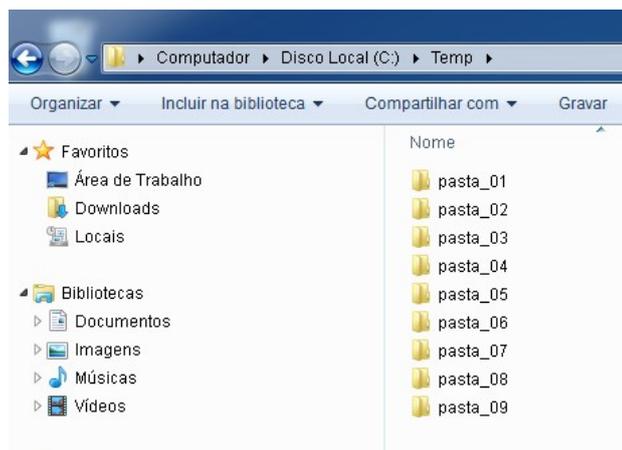
Em relação a esses campos, considere as afirmativas a seguir.

- I. Os destinatários presentes no campo “Para” conseguirão visualizar os destinatários do campo “Cc”.
- II. Os destinatários presentes no campo “Cc” conseguirão visualizar os demais destinatários do campo “Cc”.
- III. Os destinatários presentes no campo “Cco” conseguirão visualizar os demais destinatários do campo “Cco”.
- IV. Os destinatários presentes no campo “Cc” conseguirão visualizar os destinatários presentes no campo “Cco”.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

17 Um computador onde o Microsoft Windows 7 está instalado possui uma pasta que possui 9 subpastas, de acordo com a estrutura apresentada a seguir.



Deseja-se apagar ao mesmo tempo as pastas: pasta_03, pasta_05, pasta_07 e pasta_08.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a tecla que será utilizada para selecionar individualmente as pastas que serão excluídas.

- a) ALT
- b) CTRL
- c) HOME
- d) SHIFT
- e) TAB

18 Em relação ao Microsoft Word 2010, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () O Pincel de Formatação copia a formatação de um local para que ela seja aplicada a outro local.
- () Se um documento possuir 8 páginas, a seleção de impressão 1-3;2 irá imprimir um total de 3 páginas.
- () A quebra de página inicia uma nova página a partir da posição atual do cursor.
- () Uma página pode ter o seu *layout* ajustado de modo a ser orientada no modo paisagem ou no modo retrato.
- () As quebras de seção alteram a formatação de um texto para que este seja exibido em várias colunas.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, V, F, F, V.
- c) V, F, V, V, F.
- d) F, V, V, F, F.
- e) F, F, F, V, V.

Considere o fragmento de uma planilha do Microsoft Excel a seguir e responda às questões 19 e 20.

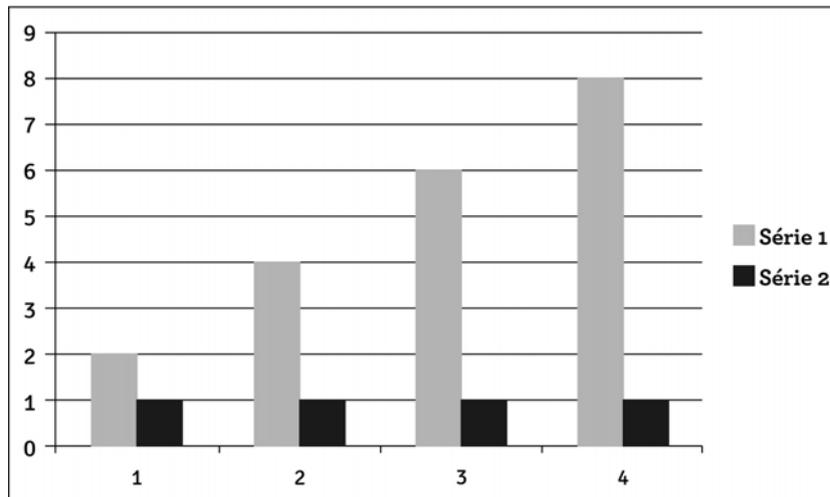
	A5	fx =SOMA(A1:C1)				
	A	B	C	D	E	
1	1	2	3	4		
2	2	4	6	8		
3	1	1	1	1		
4						
5	6					

19 Como pode ser observado, a célula A5 possui como conteúdo a fórmula =SOMA(A1:C1). Considere que o conteúdo da célula A5 foi copiado utilizando-se as teclas CTRL+C e colado na célula B6 utilizando-se as teclas CTRL+V.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o valor que será mostrado na célula B6 pelo Microsoft Excel.

- a) 6 b) 9 c) 12 d) 15 e) 18

20 Foram selecionadas algumas células, e o gráfico a seguir foi gerado.



Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, as células que, selecionadas, geraram o gráfico.

- a) A1:D2 b) A1:D3 c) A2:D2 d) A2:D3 e) A3:D3

- 21 Sobre a estabilidade dos servidores públicos do Município de Londrina, assinale a alternativa correta.**
- a) A estabilidade do servidor é adquirida imediatamente após sua nomeação.
 - b) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.
 - c) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de processo seletivo.
 - d) São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de processo seletivo, assim como os servidores nomeados em virtude de concurso público.
 - e) São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.
- 22 Sobre a licença dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.**
- a) Ao servidor que for convocado para o serviço militar será concedida licença com remuneração.
 - b) Ao servidor que for convocado para o serviço militar será concedida licença sem remuneração.
 - c) O servidor que for convocado para o serviço militar será exonerado do cargo.
 - d) O servidor não poderá ser convocado para o serviço militar.
 - e) O servidor convocado para o serviço militar não terá direito a licença, portanto deverá intercalar sua função com a função militar.
- 23 Sobre a licença dos servidores públicos para tratar de assuntos particulares, assinale a alternativa correta.**
- a) A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor, ocupante de cargo efetivo, licença para trato de assuntos particulares, sem remuneração, pelo prazo máximo de um ano. Poderá ser concedida prorrogação da licença, a critério da Administração, uma única vez, por até igual período.
 - b) A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor, ocupante de cargo efetivo, licença para trato de assuntos particulares, com remuneração, pelo prazo máximo de dois anos. Poderá ser concedida prorrogação da licença, a critério da Administração, uma única vez, por até igual período.
 - c) A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor, ocupante de cargo efetivo, licença para trato de assuntos particulares, sem remuneração, pelo prazo máximo de três anos. Poderá ser concedida prorrogação da licença, a critério da Administração, uma única vez, por até igual período.
 - d) A licença para assuntos particulares é direito público subjetivo do servidor e ele poderá exercê-lo a qualquer momento, basta que comunique à Administração.
 - e) Ainda que o servidor esteja respondendo a sindicância ou a processo administrativo, a Administração poderá conceder licença para trato de assuntos particulares, sem remuneração, pelo prazo máximo de dois anos. Poderá ser concedida prorrogação da licença, a critério da Administração, uma única vez, por até igual período.
- 24 Sobre as férias do servidor público, assinale a alternativa correta.**
- a) A acumulação de férias não é permitida.
 - b) A concessão observará a escala organizada anualmente, pela chefia imediata, não podendo ser alterada por autoridade superior.
 - c) É permitida a acumulação de férias por, no máximo, dois períodos.
 - d) É permitida a acumulação de férias por, no máximo, três períodos.
 - e) O servidor que opera permanentemente com raios X gozará dez dias consecutivos de férias, por bimestre de atividade profissional, permitida a conversão em dinheiro.
- 25 O Exercício é o ato pelo qual o servidor assume as atribuições e responsabilidades do cargo. Sobre o exercício, assinale a alternativa correta.**
- a) Somente o Prefeito é a autoridade competente para dar exercício ao servidor.
 - b) O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data da nomeação.
 - c) O exercício terá início no prazo de quarenta e cinco dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data da posse.
 - d) O servidor que não entrar em exercício dentro do prazo legal será suspenso, mas não poderá ser exonerado.
 - e) É competente para dar exercício a autoridade a que for o servidor diretamente subordinado.

- 26** Em relação à pena aplicada ao servidor que for negligente no cumprimento de suas funções, assinale a alternativa correta.
- a) Advertência.
 - b) Demissão.
 - c) Multa.
 - d) Repreensão.
 - e) Suspensão.
- 27** Posse é a aceitação expressa das atribuições e responsabilidades do cargo, com o compromisso de bem servir, formalizada com a lavratura de termo firmado pelo empossado e pela autoridade que presidir o ato. Sobre a posse dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.
- a) Qualquer servidor é competente para dar posse aos demais.
 - b) Antes de tomar posse e antes de entrar em exercício, o servidor apresentará, ao órgão de pessoal, os elementos necessários à abertura de seu cadastro de assentamentos funcional e financeiro.
 - c) Após tomar posse e depois de entrar em exercício, o servidor apresentará, ao órgão de pessoal, os elementos necessários à abertura de seu cadastro de assentamentos funcional e financeiro.
 - d) A posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do ato de provimento.
 - e) Somente o Prefeito poderá dar posse aos servidores; Secretários municipais e dirigentes não podem.
- 28** Em relação ao estágio probatório, o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Londrina estabelece que o servidor em estágio probatório será avaliado
- a) bimestralmente apenas pelo prefeito do município.
 - b) trimestralmente por comissão instituída para essa finalidade.
 - c) semestralmente por comissão instituída para essa finalidade.
 - d) anualmente por comissão instituída para essa finalidade.
 - e) apenas após três anos de efetivo exercício no cargo.
- 29** Sobre o adicional noturno, assinale a alternativa correta.
- a) O adicional noturno será pago aos servidores que trabalharem das 21h00min (vinte e uma horas) da noite de um dia até às 07h00min (sete horas) da manhã do dia seguinte.
 - b) O adicional noturno será pago aos servidores que trabalharem das 22h00min (vinte e duas horas) da noite de um dia até às 05h00min (cinco horas) da manhã do dia seguinte.
 - c) O adicional noturno será pago aos servidores que trabalharem das 23h00min (vinte e três horas) da noite de um dia até às 06h00min (seis horas) da manhã do dia seguinte.
 - d) O servidor que trabalhar durante a noite tem um adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora trabalhada.
 - e) O servidor municipal não tem direito ao adicional noturno, pois esse é um direito apenas dos trabalhadores em regime de CLT.
- 30** Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o ato de investidura em cargo público.
- a) Posse.
 - b) Promoção.
 - c) Reversão.
 - d) Nomeação.
 - e) Recondução.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 31** A intervenção federal é uma medida de exceção prevista em hipóteses taxativas no Art. 34 da Constituição da República Federativa do Brasil e deverá ser decretada pelo Presidente da República. Sobre essa medida, assinale a alternativa correta.
- a) A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que: cabe ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal; compete ao Conselho de Defesa Nacional opinar sobre a decretação da intervenção federal.
 - b) A Constituição da República Federativa do Brasil não prevê qualquer hipótese de consulta do Presidente da República aos Conselhos da República ou da Defesa Nacional, de forma que ele sempre decidirá sozinho sobre esse assunto.
 - c) Somente o Conselho da República poderá opinar sobre a intervenção federal; o Conselho de Defesa Nacional não possui competência para opinar sobre intervenção federal, apenas sobre estado de sítio.
 - d) Somente o Conselho da República poderá pronunciar-se sobre a intervenção federal, já que o Conselho de Defesa Nacional somente poderá opinar sobre estado de defesa e estado de sítio.
 - e) Somente o Conselho de Defesa Nacional poderá pronunciar-se sobre a intervenção federal.
- 32** O ordenamento jurídico brasileiro trata a questão do direito à nacionalidade previsto no Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil como um direito fundamental. Sobre o direito à nacionalidade brasileira, assinale a alternativa correta.
- a) A mulher estrangeira casada com brasileiro recebe automaticamente a nacionalidade brasileira.
 - b) Não existem diferenças entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados.
 - c) No Brasil, o direito à naturalização é automático, ou seja, se o estrangeiro cumprir os requisitos será naturalizado automaticamente independentemente de qualquer requerimento.
 - d) O cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça é privativo de brasileiro nato.
 - e) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- 33** A forma federativa de Estado no Brasil é caracterizada como cláusula pétrea, ou seja, na vigência dessa constituição ela não poderá ser modificada. A organização político-administrativa do Brasil é formada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Sobre a repartição de competências entre os entes da federação, assinale a alternativa correta.
- a) O constituinte optou por relacionar as competências atribuídas para a União e para os Estados, deixando para os Municípios a competência reservada.
 - b) O Distrito Federal exerce as mesmas competências concedidas aos Estados, estando proibido de exercer competências equivalentes às distribuídas aos municípios.
 - c) Os Estados e o Distrito Federal organizam-se e regem-se pelas constituições que adotarem.
 - d) No âmbito da competência concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
 - e) No âmbito da competência concorrente, o papel dos Estados é de elaborar normas gerais, enquanto que os municípios devem suplementar a legislação estadual.
- 34** Entre as várias espécies normativas previstas no Art. 59 da Constituição da República Federativa do Brasil, existe a Lei Delegada. Sobre a Lei Delegada, é correto afirmar que a iniciativa para solicitar a delegação deve partir
- a) da Câmara dos Deputados.
 - b) do Congresso Nacional.
 - c) do Presidente da República.
 - d) do Senado Federal.
 - e) do Supremo Tribunal Federal.

35 Para assegurar a independência do poder judiciário e a independência dos próprios magistrados, uma série de garantias constitucionais é concedida aos juízes.

Sobre as garantias constitucionais aos juízes, assinale a alternativa correta.

- a) Atualização anual dos vencimentos em porcentagem superior ao aumento da inflação, garantindo assim efetiva valorização dos vencimentos, inclusive com melhora do poder de compra.
- b) Estabilidade para os juízes de primeiro grau e a vitaliciedade para os desembargadores e para os Ministros dos Tribunais Superiores.
- c) Inamovibilidade como direito absoluto, ou seja, ainda que exista interesse público, o Magistrado não poderá ser transferido de comarca.
- d) O magistrado tem o direito de selecionar os casos que pretende julgar, podendo transferir processos para outras comarcas.
- e) Vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após 2 anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

36 Constitui-se como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- a) a manutenção da ordem e do progresso.
- b) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) o respeito aos valores democráticos.
- d) o respeito à dignidade da pessoa humana.
- e) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

37 O Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece um extenso rol de direitos e garantias fundamentais.

Sobre um dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- b) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de detenção, nos termos da lei.
- c) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- d) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, ainda que supere o limite do valor do patrimônio transferido.
- e) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo em caso de suspeita da prática de terrorismo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

38 Em relação à realização das despesas públicas, o empenho, bem como a nota de empenho, consiste em atos administrativos indispensáveis à aquisição de produtos ou para obter a prestação de serviços pela administração pública.

Sobre seu efeito, assinale a alternativa correta.

- a) Autorizar a administração pública à aquisição dos bens necessários, conforme previsão em orçamento, independentemente de licitação ou contrato administrativo.
- b) Autorizar a administração pública à aquisição dos bens objeto do contrato administrativo, em conformidade com a lei, sendo que, após o empenho, seguirá a fase de liquidação.
- c) Autorizar a administração pública à aquisição dos bens objeto do contrato administrativo, em conformidade com a lei, sem a necessidade de constar de orçamento.
- d) Instrumentalizar o fornecedor ou o prestador de serviço para poder exigir imediatamente o pagamento do crédito, inclusive executá-lo em face de liquidez e certeza do título.
- e) Possibilitar ao fornecedor ou ao prestador de serviço interromper o cumprimento do contrato administrativo pela falta de pagamento.

39 Diante do atributo da presunção de legitimidade inerente aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A administração pública poderá praticar atos administrativos sem qualquer margem de discricionariedade.
- b) A administração pública poderá praticar atos administrativos com alguma margem de discricionariedade visando atender ao interesse privado.
- c) A administração pública terá ampla margem de discricionariedade em atendimento ao interesse público.
- d) A presunção da legitimidade dos atos administrativos deve ser entendida de forma absoluta.
- e) A presunção da legitimidade inerente aos atos administrativos permite pequena margem de discricionariedade em consonância com o interesse público e com a lei.

40 Com base no sistema de jurisdição única, modelo de controle jurisdicional adotado pelo Brasil, seguindo o modelo inglês e americano, diante da violação ou ameaça de violação dos direitos do cidadão pela Administração Pública, em relação aos princípios do contraditório e à ampla defesa, assinale a alternativa correta.

- a) O cidadão que tiver seus direitos ameaçados ou violados deverá ingressar em primeiro plano com medida judicial.
- b) O cidadão poderá apresentar defesa administrativa em primeiro plano e, com essa medida, estará renunciando à via judicial.
- c) O cidadão poderá apresentar defesa administrativa concomitantemente à medida judicial, e os dois processos tramitarão simultaneamente.
- d) O lesado em seu direito poderá pleitear tutela administrativa através de defesas e recursos administrativos e, caso não tenha sucesso, poderá ingressar com medida judicial.
- e) Qualquer tutela à lesão ou ameaça de direito deverá ser submetida de imediato ao Poder Judiciário.

41 Leia o texto a seguir.

Caracterizam-se por terem autonomia administrativa podendo atuar em igualdade de condições com as entidades do setor privado, contudo, subordinadas a restrições em relação à contratação e demissão dos trabalhadores, exigindo-se concurso público para contratação de trabalhadores.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a que poder da Administração Pública se refere o texto.

- a) Fundações privadas, autarquias e fundações públicas.
- b) Empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações privadas.
- c) Sociedade de economia mista, empresas públicas e sociedade privada com a participação de capital público.
- d) Sociedade de economia mista, empresas públicas e empresas privadas na prestação de serviços públicos.
- e) Sociedade de economia mista e empresas públicas.

42 Atos de império ou de gestão são atos praticados pelos agentes públicos no exercício da função pública. Quanto às características desses atos, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de atos praticados pelos agentes públicos, mediante o exercício do poder de polícia visando ao interesse público, subordinado às normas que regem a administração pública, contudo sem necessidade de atendimento às normas que protegem as garantias individuais.
- b) Trata-se de atos praticados pelos agentes públicos, mediante o exercício do poder de polícia visando ao interesse público, sem necessidade de atendimento às normas que regem a administração pública, contudo respeitando as normas e as garantias individuais.
- c) Trata-se de atos praticados pelos agentes públicos, mediante o exercício do poder de polícia, de forma absoluta, sem atendimento à legalidade, em face da urgência do ato.
- d) Trata-se de atos praticados pelos agentes públicos, mediante o exercício do poder de polícia visando ao interesse público, subordinado às normas que regem a atividade da administração pública.
- e) Trata-se de atos praticados pelos agentes públicos no interesse do órgão no qual exercem sua função.

- 43** A administração pública poderá exercer o controle dos seus próprios atos administrativos, tendo a prerrogativa de
- a) **anular os seus próprios atos por vício de legalidade.**
 - b) anular os atos por conveniência e oportunidade.
 - c) decretar a nulidade dos atos por conveniência e oportunidade.
 - d) revogar os seus atos por imposição do Senado Federal.
 - e) revogar seus atos em atendimento ao Decreto do Presidente da República.
- 44** Em matéria de controle judicial dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- a) O poder judiciário, em hipótese alguma, poderá adentrar na zona inerente à conveniência e à oportunidade.
 - b) O poder judiciário não poderá adentrar no mérito dos atos administrativos discricionários.
 - c) O poder judiciário não poderá adentrar no mérito dos atos administrativos vinculados.
 - d) O poder judiciário poderá adentrar no mérito do ato administrativo, inclusive em relação à zona de conveniência e oportunidade.
 - e) **O poder judiciário poderá adentrar no mérito do ato administrativo em relação ao controle da legalidade.**
- 45** Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o procedimento licitatório utilizado para a alienação de bens imóveis na Administração Pública.
- a) Concorrência.
 - b) Dispensa de licitação.
 - c) **Leilão.**
 - d) Pregão.
 - e) Tomada de preço.
- 46** Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, os princípios que regem os procedimentos licitatórios.
- a) Vinculação à lei e ao edital, procedimento formal, julgamento subjetivo.
 - b) Vinculação à lei, ao edital ou ao convite, procedimento formal, julgamento subjetivo.
 - c) Vinculação ao edital, procedimento formal, julgamento subjetivo.
 - d) **Vinculação ao edital ou ao convite, procedimento formal, julgamento objetivo.**
 - e) Vinculação ao edital ou ao convite, procedimento relativamente formal, julgamento subjetivo.
- 47** Em relação às características inerentes aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
- a) Vinculação ao edital e à lei, não oneroso e, em regra, escrito.
 - b) Vinculação ao edital e à lei, oneroso, não sujeito a revisão e, em regra, escrito.
 - c) Vinculação à Lei nº 8.666/1993, oneroso, informal e sujeito a revisão conforme imposição do contratante.
 - d) **Vinculação à lei e ao procedimento licitatório, oneroso e, em regra, escrito.**
 - e) Vinculação à lei e ao edital, oneroso e, em regra, informal.
- 48** Em decorrência do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular, assinale a alternativa correta.
- a) O Município poderá, em favor do interesse público, desapropriar imóveis urbanos, sem necessariamente efetuar o depósito do valor da indenização.
 - b) **O Município poderá, diante do interesse público, desapropriar imóveis urbanos, cabendo nulidade do ato caso não faça o pagamento da justa e prévia indenização.**
 - c) O Município poderá, diante do interesse público, desapropriar imóveis urbanos, mediante pagamento com título da dívida pública federal.
 - d) O Município poderá, diante do interesse público, desapropriar imóveis urbanos, mediante pagamento com título da dívida pública municipal.
 - e) O Município poderá, em qualquer situação, realizar a desapropriação de imóveis urbanos, inclusive sem prévia e justa indenização.

49 Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, as principais distinções entre descentralização e desconcentração na administração pública.

- a) Em caso da ocorrência da descentralização ou da desconcentração, as entidades ou os agentes não estarão sujeitos ao controle da administração pública.
- b) A desconcentração exige a instituição de uma nova entidade autônoma, enquanto a descentralização está relacionada à delegação de poderes através de lei da entidade descentralizadora.
- c) A entidade descentralizadora poderá instituir uma entidade autônoma para o exercício de funções públicas relevantes, sem a necessidade de lei, enquanto a desconcentração exigirá a edição de lei expressa a respeito.
- d) A descentralização somente poderá recair sobre entidades públicas, enquanto a desconcentração poderá recair sobre as particulares.
- e) A descentralização impõe a exigência de lei da entidade descentralizadora criando entidade autônoma, enquanto a desconcentração está relacionada à distribuição de competência no âmbito da mesma entidade.

50 Sobre o instituto da retrocessão, assinale a alternativa correta.

- a) Consiste em desapropriação sem a necessidade de justa e prévia indenização.
- b) Consiste na retroatividade dos atos administrativos.
- c) Consiste na preferência do expropriado em adquirir o bem desapropriado através da desapropriação por zona, objeto de revitalização e disponibilizado para a aquisição pelos particulares.
- d) Consiste na preferência do expropriado por reaver o bem em face do descumprimento da finalidade proposta.
- e) Consiste no direito do expropriado em reaver o bem desapropriado em face da inexistência do depósito do valor do bem.

DIREITO CIVIL

51 João e Maria, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, começaram a ter desentendimentos matrimoniais, motivo pelo qual João, antevendo um futuro divórcio, começou a se desfazer do patrimônio comum, usando o dinheiro para adquirir outros bens em nome da empresa da qual é sócio. Quando remanesceu apenas a casa onde residiam, foi dado início ao divórcio litigioso. Com base nesse caso, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a empresa usa o sócio para fraudar seus credores, pode um juiz desconsiderar a personalidade jurídica, atingindo os bens do sócio por de trás dela. Como, neste caso, foi o sócio quem usou a empresa, o Art. 50 do Código Civil não pode ser aplicado.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica é aplicável apenas nas relações negociais empresariais, não sendo aplicável na área do Direito de Família.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica tipificada pelo Código Civil é conhecida como “Teoria Menor”, pois exige menos requisitos das regras aplicáveis em outras legislações ou ramos do direito.
- d) A constituição de patrimônio particular em nome da empresa configura confusão patrimonial, podendo o juiz desconsiderar a personalidade jurídica de forma inversa, garantindo a meação de Maria.
- e) Tendo em vista que os bens foram vendidos por João com a observância dos requisitos legais, Maria nada poderá fazer para reaver a sua meação.

52 Sabido é que o decurso do tempo exerce efeitos sobre os negócios jurídicos. Considerando as disposições do Código Civil quanto à prescrição e à decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição importa na extinção do direito potestativo; já a decadência extingue o direito subjetivo.
- b) A renúncia à prescrição, desde que expressa, sem prejudicar terceiros e realizada depois que a prescrição se consumar, é válida.
- c) Dentro do conceito da prescrição, ela pode ser aquisitiva ou extintiva, uma vez que pode importar na aquisição ou extinção de direitos.
- d) Mesmo sendo possível ao juiz suprir a alegação de quem a aproveita, quando a decadência for convencionalizada entre as partes, o interessado poderá alegá-la em qualquer grau de jurisdição.
- e) Muito embora definidos por lei, os prazos prescricionais nas relações contratuais podem ser alterados por acordo das partes.

53 Sabendo que o Estabelecimento Empresarial é um dos elementos da empresa, considere as afirmativas a seguir.

- I. Segundo o atual Código Civil, para que a alienação do estabelecimento empresarial produza efeitos frente a terceiros, deverá o contrato ser averbado na Junta Comercial, à margem da inscrição do empresário ou da sociedade empresária, bem como publicado na imprensa oficial.
- II. O conjunto de bens organizado pelo empresário ou pela sociedade empresária para fins de desenvolver sua atividade é denominado “estabelecimento empresarial”, sendo possível formalizar um termo que tenha por objeto, além da alienação o arrendamento do mesmo, sendo vedado apenas o usufruto.
- III. O alienante não pode fazer concorrência ao adquirente do estabelecimento empresarial nos 3 anos subsequentes à transferência, salvo com autorização expressa neste sentido.
- IV. A eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores ou do consentimento destes de modo expresso ou tácito, caso ao alienante do estabelecimento não restarem bens suficientes para solver o seu passivo.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

54 Nas sociedades limitadas, de acordo com as regras do Direito de Empresa, a responsabilidade dos sócios quanto às dívidas da empresa

- a) é limitada ao total do capital social desde que esteja totalmente integralizado.
- b) é ilimitada, podendo o sócio que exerce a administração responder pessoalmente com seu patrimônio particular.
- c) é proporcional à quota parte de cada um dos sócios, independentemente do capital social estar ou não integralizado.
- d) não pode ultrapassar a participação de cada sócio na formação do capital social.
- e) será distribuída em razão da solidariedade que existe entre os sócios.

55 Pode-se classificar o contrato de compra e venda como

- a) bilateral, oneroso, formal e aleatório.
- b) gratuito, bilateral, formal e aleatório.
- c) comutativo, unilateral, de execução simultânea e translativo.
- d) unilateral, translativo, oneroso e de execução diferida.
- e) oneroso, translativo, bilateral e comutativo.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

56 No âmbito da competência tributária municipal, pertinente à imposição dos impostos sobre a propriedade imobiliária urbana, mais precisamente do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), assinale a alternativa correta.

- a) O Município deverá utilizar como base de cálculo o valor venal dos imóveis independentemente de previsão legal, podendo, neste caso, reajustar a base de cálculo em conformidade com os valores de mercado.
- b) O Município deverá utilizar o valor da arrematação como base de cálculo do IPTU em caso de imóveis adquiridos por arrematação em hasta pública, independentemente dos valores previstos em lei.
- c) O Município poderá alterar a base de cálculo do IPTU até o montante da inflação ocorrida no exercício anterior ao do lançamento, mediante decreto editado e publicado até o dia 31 de dezembro do exercício para entrar em vigência no exercício seguinte.
- d) O Município poderá alterar a base de cálculo do IPTU até o montante da inflação ocorrida no período de um ano, através de decreto editado no mesmo exercício financeiro ao do lançamento.
- e) O Município poderá alterar a base de cálculo do IPTU através de lei municipal editada e publicada no exercício corrente ao do lançamento.

57 Em relação às modalidades de lançamentos aplicados aos principais tributos municipais, assinale a alternativa correta.

- a) Em relação aos tributos lançados por homologação, o Município poderá efetuar o lançamento até o prazo de 5 anos, com início no primeiro dia do exercício seguinte, diante da constatação da existência de fraude.
- b) Em relação aos tributos lançados por homologação, o prazo para efetivação do lançamento inicia-se, necessariamente, a partir do fato gerador.
- c) Em relação aos tributos lançados de ofício, o prazo para efetivação do lançamento terá início, em qualquer hipótese, a partir da ocorrência do fato gerador.
- d) O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) tem como objeto o lançamento de ofício, neste caso, o prazo para efetivação do lançamento conta-se da data da ocorrência do fato gerador.
- e) O ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) tem como objeto o lançamento por homologação; neste caso, o prazo para efetivação do lançamento conta-se a partir da ocorrência do fato gerador, mesmo diante da ocorrência de fraude.

58 Assinale a alternativa que corresponde, corretamente, à responsabilidade tributária, em se tratando da sucessão empresarial pela aquisição do estabelecimento prestador de serviço.

- a) O adquirente de um estabelecimento prestador de serviço, envolvendo apenas o fundo de comércio, será o responsável tributário pelo IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) incidente sobre o imóvel e pelo ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), de forma integral, considerando que o alienante cessou imediatamente suas atividades.
- b) O adquirente de um estabelecimento prestador de serviço, envolvendo apenas o fundo de comércio, será o responsável tributário pelo IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) incidente sobre o imóvel e pelo ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), de forma subsidiária, considerando que o alienante continuou com suas atividades em outro local.
- c) O adquirente de um estabelecimento prestador de serviço, envolvendo apenas o fundo de comércio, será o responsável tributário pelo ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) sobre o período anterior à aquisição, de forma integral, mesmo considerando que o alienante tenha continuado com suas atividades em outro local.
- d) O adquirente de um estabelecimento prestador de serviço, envolvendo apenas o fundo de comércio, será o responsável tributário pelo ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) sobre o período anterior à aquisição, de forma subsidiária, considerando que o alienante tenha continuado com suas atividades em outro local.
- e) O adquirente não poderá ser responsabilizado por quaisquer tributos, considerando que foi firmado um contrato de compra e venda do estabelecimento no qual ficou expressamente estabelecido que sua responsabilidade tributária ocorreria somente sobre fatos a partir de sua aquisição.

59 O processo legislativo, em matéria orçamentária municipal, deverá, indispensavelmente, seguir determinados parâmetros.

Em relação a esses parâmetros, assinale a alternativa correta.

- a) O Presidente da Câmara de vereadores terá competência exclusiva para elaborar o projeto da Lei Orçamentária Anual, seguindo, rigorosamente, o disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar que dispõe a respeito de normas gerais de finanças públicas.
- b) O Prefeito terá competência exclusiva para elaborar o projeto de Lei Orçamentária Anual, que deverá estar em consonância com o plano plurianual, com as diretrizes orçamentárias, com a Constituição Federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) O Prefeito terá competência exclusiva para elaborar o projeto da Lei Orçamentária Anual, do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias, complementando ao disposto na lei complementar nacional.
- d) O Prefeito terá competência concorrente para elaborar o projeto da Lei Orçamentária Anual, que deverá estar em consonância com o plano plurianual, com as diretrizes orçamentárias, com a Constituição Federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) O Prefeito terá competência exclusiva para elaborar o projeto da Lei Orçamentária Anual, que deverá ser aprovada e publicada até o início do exercício, para entrar em vigência no mesmo exercício e estar em consonância com o plano plurianual, com as diretrizes orçamentárias, com a Constituição Federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

60 Assinale a alternativa que corresponde, corretamente, à competência municipal para legislar sobre as finanças públicas pertinente ao seu peculiar interesse em relação aos limites de gastos com pessoal.

- a) Diante da autonomia municipal, a Lei de Responsabilidade Fiscal não poderá interferir na competência legislativa em relação aos limites de gastos com pessoal.
- b) O Município, por meio do seu legislador, poderá impor ao executivo limites de gastos com pessoal em percentual menor do que aquele previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) O Município poderá, por meio do seu legislador, excluir, para efeito de cálculos, os gastos com pessoal inativo.
- d) O Município poderá, por meio do seu legislador, mediante projeto de lei de iniciativa do Legislativo, impor limites de gastos com pessoal mais rígidos do que o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) O Município poderá, por meio do seu legislador, mediante projeto de lei de iniciativa do Executivo, impor limites de gastos com pessoal mais rígidos do que o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

61 Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, as principais distinções entre as taxas e os preços financeiros.

- a) As taxas, de natureza tributária, somente podem ser instituídas e reajustadas por lei, e, em conformidade com a Constituição Federal, serão vinculadas a um serviço público específico e divisível ou ao exercício do poder de polícia. Os preços financeiros são destinados a remunerar serviços públicos utilizados pelo cidadão de forma espontânea, contudo estão subordinados ao regime de direito público, e seu reajuste depende de autorização legislativa.
- b) As taxas têm natureza tributária, são de caráter obrigatório e classificadas como receitas originárias. Os preços financeiros são facultativos e classificados como receitas derivadas.
- c) As taxas serão instituídas por lei e necessariamente vinculadas aos serviços públicos efetivados ou colocados à disposição do contribuinte. Os preços financeiros serão destinados à remuneração pela prestação de serviços públicos e estão subordinados ao regime de direito privado.
- d) As taxas, de natureza tributária, somente podem ser instituídas e reajustadas por lei, e, em conformidade com a Constituição Federal, serão vinculadas a um serviço público específico e divisível ou ao exercício do poder de polícia. Os preços financeiros são destinados a remunerar serviços públicos utilizados pelo cidadão de forma espontânea, contudo estão subordinados ao regime de direito público, e seu reajuste depende de autorização da administração pública competente.
- e) As taxas serão instituídas por lei e destinadas à remuneração de serviços públicos de caráter obrigatório, somente podendo ser reajustadas por lei. Os preços financeiros são destinados à remuneração de serviços públicos, subordinados ao regime de direito público, somente podendo ser reajustados mediante lei.

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

62 Trata-se de ação trabalhista, em que foi proferida sentença no juízo de primeiro grau com condenação de Município ao pagamento de direitos trabalhistas ao reclamante. O Tribunal Regional do Trabalho deu provimento parcial ao recurso do Município, mas a Turma que decidiu manteve condenação que contraria Súmula do Tribunal Superior do Trabalho. Transitada em julgado a decisão, na fase de execução, em sentença de embargos à execução, o juiz de primeiro grau manteve valores que são indevidos, conforme os cálculos do Município.

Sobre os fatos que foram hipoteticamente narrados, quanto aos recursos previstos na CLT, considere as afirmativas a seguir.

- I. No recurso a ser protocolado contra a sentença que julgou os embargos na fase de execução, o Município está dispensado de delimitar justificadamente as matérias e os valores impugnados.
- II. O recurso que deve ser protocolado contra a sentença que julgou os embargos na fase de execução é o agravo de instrumento.
- III. O recurso que deve ser protocolado contra a decisão do juízo de primeiro grau que condenou o Município é o recurso ordinário.
- IV. Contra a decisão da Turma do TRT cabe, em tese, o protocolo de recurso de revista.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

63 A preocupação com a empregada gestante e a vida do nascituro tem sido tema tratado nos tribunais trabalhistas há muito tempo. Nota-se, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, a priorização da garantia da dignidade da pessoa humana.

Considerando os termos da legislação vigente e a jurisprudência consolidada no Tribunal Superior do Trabalho, sobre a estabilidade provisória ou garantia de emprego da gestante, assinale a alternativa correta.

- a) Como regra, é vedada apenas a dispensa da gestante, pelo empregador, que seja arbitrária ou sem justa causa, desde a concepção.
- b) É vedado qualquer tipo de dispensa ou demissão da empregada em gestação, em razão de previsão normativa expressa.
- c) O direito da gestante à garantia de emprego se aplica aos contratos de trabalho com pessoas jurídicas de direito privado.
- d) Segundo o TST, o conhecimento da gestação de sua empregada pelo empregador é fundamental para o reconhecimento da estabilidade.
- e) Segundo o TST, o direito à estabilidade da gestante está vinculado aos contratos por prazo indeterminado.

64 Sobre a extinção do contrato de trabalho, analise a decisão da Justiça do Trabalho a seguir.

“SERVIDOR PÚBLICO. ALTERAÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO. MULTA DE 40% DOS DEPÓSITOS DE FGTS. INDEVIDA. A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, nos termos da Súmula 382 do C.TST, todavia, não corresponde à dispensa sem justa causa do empregado. Apesar de o vínculo empregatício ter sido rompido, a autora continuou a prestação de serviços e manteve relação com o Município recorrido, ainda que sob natureza diversa. Nessas condições, não se justifica o pagamento da multa de 40% do FGTS porque não houve despedida sem justa causa (arts. 18, § 1º, e 20, I, da Lei nº 8.036/90), e sim continuidade da relação contratual, sob estatuto diverso. Recurso ordinário da parte autora ao qual se nega provimento, no particular” [TRT-PR-01328-2013-242-09-00-5; 5A. TURMA; Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JUNIOR; DEJT em 22-11-2016].

De acordo com a decisão, na transferência do regime jurídico de celetista para estatutário, considere as afirmativas a seguir.

- I. Ocorre a extinção do contrato de trabalho e não é devida a multa de 40% do FGTS.
- II. Ocorre a extinção do contrato de trabalho sem justa causa por equiparação ou semelhança.
- III. Ocorre a extinção do contrato de trabalho e começa uma nova relação de emprego.
- IV. Ocorre a extinção do contrato de trabalho apesar da continuidade da relação de trabalho.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

65 A chamada Reforma Trabalhista, estabelecida pela Lei nº 13.467/2017, trouxe algumas mudanças importantes, entre elas, assuntos que já se encontravam na Consolidação das Leis do Trabalho e outros assuntos que foram incorporados na CLT com a reforma.

Considerando as novidades que foram incorporadas pela Lei nº 13.467/2017 na CLT quanto aos dissídios individuais, assinale a alternativa correta.

- a) Previu que as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, na primeira oportunidade processual.
- b) No processo de execução, são devidas custas, de responsabilidade do executado, e pagas ao final do processo.
- c) As testemunhas comparecerão à audiência de instrução independentemente de notificação ou intimação.
- d) Nas ações com procedimento sumaríssimo, o pedido deverá ser certo ou determinado, com indicação do valor correspondente.
- e) Será responsável por perdas e danos aquele que litigar de má-fé, seja reclamante, reclamado ou interveniente.

66 Sobre a greve dos servidores públicos e a celebração de convenção coletiva, analise a decisão do TST a seguir.

“DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. DEFERIMENTO DE REAJUSTE SALARIAL. MUNICÍPIO. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 5 DA SDC DO TST. Os órgãos da Administração Pública direta ou indireta não podem conceder vantagem remuneratória ou aumento aos seus servidores, sem a observância estrita dos limites impostos pelos arts. 37, *caput*, incisos X, XI, XII e XIII, 39, § 1º, e 169, *caput* e § 1º, I e II, da CF e pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Nessa esteira segue a atual redação da Orientação Jurisprudencial 5 da SDC, que, reconhecendo a situação híbrida do empregado público, firme na Convenção 151 da OIT, ratificada pelo ordenamento jurídico pátrio, preconiza a possibilidade da fixação apenas de cláusulas de natureza social, respeitados, assim, os limites da Constituição Federal e da legislação fiscal. [...]” [Processo: ReeNec-RO - 5800-11.2016.5.15.0000 Data de Julgamento: 14/05/2018, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: DEJT 18/05/2018].

Com relação à decisão do TST, considere as afirmativas a seguir.

- I. O Prefeito não pode, por ato executivo, conceder reajuste aos servidores, mesmo aos empregados públicos.
- II. Todos os órgãos da Administração Pública direta ou indireta sofrem a restrição de que trata a decisão indicada.
- III. Pela decisão, a greve que postula reajuste salarial não possui amparo legal, no caso em análise.
- IV. Em casos excepcionais, a concessão de reajuste salarial pelo Município é possível em cláusulas celebradas com o Sindicato.

Assinale a alternativa correta.

- | | |
|--|--|
| a) Somente as afirmativas I e II são corretas. | d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas. |
| b) Somente as afirmativas I e IV são corretas. | e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas. |
| c) Somente as afirmativas III e IV são corretas. | |

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

67 Considerando a parte geral do Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa correta.

- a) Determina-se a competência no momento do despacho da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b) É inaplicável a cláusula compromissória de arbitragem como método de solução de conflitos, prevista em contratos celebrados pela Administração Pública, envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, por violar o princípio da indisponibilidade do interesse público.
- c) Em caso de concessão de tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o pedido principal deverá ser realizado em 30 dias a partir de efetivada a tutela cautelar, independentemente do adiantamento de novas custas processuais.
- d) O exercício da jurisdição pode ser negado pelo magistrado por inexistência de norma jurídica ou inexistência de provas dos fatos alegados pelo autor.
- e) O pedido de cooperação jurisdicional deve ser atendido conforme a possibilidade do juízo que recebe o pedido, desde que o pedido preencha a forma específica para aquele determinado ato, tendo prioridade o atendimento de pedido dos tribunais superiores.

68 Sobre as ações constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- b) A sentença de improcedência da ação popular por deficiência de prova terá eficácia de coisa julgada *erga omnes*.
- c) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
- d) De uma decisão denegatória de segurança decidida em única instância pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná caberá recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) Do indeferimento da petição inicial de mandado de segurança pelo juiz de primeiro grau caberá recurso de agravo.

69 Sobre o cumprimento de sentença e o processo de execução, considere as afirmativas a seguir.

- I. Aplica-se a multa de 10% pelo não cumprimento voluntário da sentença que condena a Fazenda Pública a pagar quantia certa.
- II. O Código de Processo Civil (CPC) preconiza que o Município será cientificado de alienação judicial de bem tombado com, no mínimo, 10 dias de antecedência.
- III. O exequente ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a sentença, transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que ensejou a execução.
- IV. A execução extrajudicial poderá ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou em que ocorreu o fato que deu origem ao título, mesmo que nele não mais resida o executado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

70 Sobre procedimentos especiais, considere as afirmativas a seguir.

- I. A decisão que julgar procedente o pedido de exigir contas condenará o réu a prestar as contas no prazo de 30 dias, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar.
- II. Distribuída a oposição por dependência, serão os opostos citados, pessoalmente, para contestar o pedido no prazo de 15 dias.
- III. É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- IV. Na consignação em pagamento de quantia, tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o valor ser depositado em estabelecimento bancário situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recebimento, assinado, com o prazo de 10 dias para a manifestação de recusa.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

71 Sobre a teoria das provas e as provas em espécie no processo civil, considere as afirmativas a seguir.

- I. A produção antecipada da prova é admitida quando ela for suscetível de viabilizar a autocomposição.
- II. O sistema de provas no processo civil brasileiro exige que o meio de prova a ser utilizado esteja tipificado no Código de Processo Civil (CPC).
- III. No vigente Código de Processo Civil (CPC), a distribuição diversa do ônus da prova deve ser atribuída pelo juiz, a qualquer momento, de ofício ou a requerimento da parte hipossuficiente de recursos financeiros.
- IV. De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

72 No que tange à execução fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência e do inventário.
- b) Da decisão de primeira instância na execução fiscal, independentemente do valor, cabe recurso de apelação.
- c) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários obedecerá ao percentual mínimo de 10% sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.
- d) Na execução fiscal, o executado será citado para comparecer à audiência de conciliação designada pelo juízo e, em caso de frustração da tentativa de autocomposição, deverá oferecer embargos no prazo de 15 dias.
- e) São legitimados passivos para responder à execução fiscal solidariamente: o devedor e seu cônjuge, o devedor e seu fiador, o espólio do devedor e seus sucessores.

73 Em relação aos recursos cíveis, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () Cabe agravo contra decisão do Presidente ou do Vice-Presidente do Tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.
- () A decisão antecipada de julgamento parcial do mérito é impugnável por agravo de instrumento.
- () O preparo deve ser comprovado no ato de interposição do recurso pelo Município, sob pena de deserção.
- () Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo, mas não interrompem o prazo para interposição de recurso.
- () A desistência, pelo recorrente, de recurso especial paradigma impede a análise de questão objeto de julgamento de recurso especial repetitivo.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, V, F. b) V, V, F, F, F. c) V, F, V, V, F. d) F, F, V, F, V. e) F, F, F, V, V.

DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

74 Em relação à função social da propriedade urbana, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () O não cumprimento da função social da propriedade urbana enseja a aplicação de sanções, como a desapropriação.
- () É incompatível com a detenção da terra urbana visando à captura de mais valia decorrente do trabalho coletivo.
- () Também deve ser aplicada aos imóveis situados na zona rural do município.
- () Seu efetivo cumprimento ainda depende da elaboração de lei nacional que fixe as diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano.
- () Elimina o conteúdo mínimo de direito de propriedade constante das normas de direito privado (usar, gozar e dispor).

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, F, F. b) V, F, V, F, V. c) F, V, V, F, V. d) F, V, F, V, F. e) F, F, F, V, V.

75 Sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Londrina, assinale a alternativa correta.

- a) A aplicação e o pagamento da multa por infração à Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Londrina eximem o infrator da aplicação de embargo da obra ou demolição.
- b) A alteração do memorial descritivo do zoneamento urbano, parte integrante da Lei, pode ser proposta pelo Prefeito ou por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal.
- c) Estabelece parâmetros permitidos e proibitivos de uso e ocupação do solo para todo o território municipal.
- d) Não está entre seus objetivos potencializar o uso da infraestrutura urbana existente nas respectivas localidades.
- e) Prevê que a instituição da categoria de uso institucional, destinada às atividades públicas, privadas e comunitárias, será feita por lei específica.

76 Em relação aos instrumentos de gestão democrática na elaboração e execução do Plano Diretor, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () A cooperação das associações representativas no planejamento municipal se constitui em princípio constitucional aplicado aos Municípios.
- () É vedado projeto de lei de iniciativa popular para projetos de desenvolvimento urbano.
- () A gestão democrática da cidade independe dos instrumentos colegiados de política urbana.
- () O Prefeito que deixar de garantir a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população incorre em improbidade administrativa.
- () A participação popular na gestão da cidade pressupõe a possibilidade de consulta à população sobre as prioridades de destinação dos recursos públicos.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, V, F, F.
- b) V, F, F, V, V.
- c) V, F, F, F, V.
- d) F, V, F, V, F.
- e) F, F, V, V, V.

77 Sobre a outorga onerosa do direito de construir, considere as afirmativas a seguir.

- I. Constitui-se em um instrumento de arrecadação tributária.
- II. Está diretamente relacionada à proporção entre a área do terreno e a área edificável e vai depender da definição dos coeficientes de aproveitamento básico e máximo para sua implementação.
- III. Está diretamente relacionada com o processo de desenvolvimento urbano em atendimento à diretriz de justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.
- IV. Pode-se construir acima do coeficiente de aproveitamento básico onde a infraestrutura instalada ou prevista permita absorver o excedente construtivo, voltado a compensar os impactos da construção pretendida.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

78 Sobre competências legislativas e administrativas relacionadas ao direito ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) A distribuição das competências constitucionais em matéria ambiental poderá ser substituída por lei infraconstitucional nos casos expressamente previstos de delegação.
- b) Em atendimento ao comando constitucional do meio ambiente equilibrado, deve-se observar o princípio da aplicação da norma ambiental mais restritiva.
- c) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a competência legislativa concorrente para proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico não alcança os Municípios.
- d) O controle da poluição está inserido na competência legislativa privativa da União, que poderá delegá-la aos Estados mediante lei específica.
- e) Os Municípios poderão editar leis que vedem a realização de atividades nucleares em seu território, com base em sua competência constitucional para o ordenamento territorial.

79 Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a alternativa correta.

- a) A Zona de Amortecimento é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelecem o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais.
- b) As Unidades de Conservação, de acordo com a Lei nº 9.985/2000, dividem-se em dois grupos: de proteção absoluta e de uso sustentável.
- c) **As Unidades de Conservação poderão ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público, desde que estas tenham seus objetivos em consonância com os fins da unidade.**
- d) O Poder Público poderá suprimir por Decreto os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, nos casos de urgente e relevante interesse público.
- e) São exemplos de Unidade de Conservação, nos termos da Lei nº 9.985/2000, a Área de Proteção Permanente e a Reserva Legal.

80 Sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, considere as afirmativas a seguir.

- I. **A ausência de previsão expressa das obrigações do consumidor no ciclo de vida dos produtos que ele consome impede sua responsabilização no caso de dano provocado por descarte irregular de produtos que já tenham um sistema de responsabilidade compartilhada.**
- II. **É dever dos Municípios estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.**
- III. **É obrigatória a oitiva do órgão municipal competente em relação à disposição final de rejeitos, nos casos em que há necessidade de licenciamento ambiental a cargo do órgão federal ou estadual.**
- IV. **O titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos poderá assumir as responsabilidades dos fabricantes de pilhas e baterias quanto à logística reversa, desde que seja remunerado e haja prévio acordo entre as partes.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) **Somente as afirmativas III e IV são corretas.**
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.